

CIELLI/MARINGÁ
10.06.2010 das 10h30 às 12h.

Mesa-redonda: RELAÇÕES ENTRE QUESTÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS E EXPRESSÃO MORFOSSINTÁTICA NA GRAMÁTICA (DISCURSIVO-) FUNCIONAL.

Roberto Gomes CAMACHO (UNESP/São José do Rio Preto)
Erotilde Goreti PEZATTI (UNESP/São José do Rio Preto)

O Contexto na Gramática Discursivo-Funcional

Erotilde Goreti PEZATTI (UNESP/São José do Rio Preto)

Apresentação

Qualquer abordagem de língua que merece o epíteto ‘funcional’ tem de explicar não somente os recursos lexicais, morfofossintáticos e semânticos do sistema lingüístico, mas também os meios pelos quais esses recursos devem ser dispostos para o propósito da comunicação (Connolly, 2007, p.11).

O tema desta mesa-redonda – Questões textual-discursivas e expressão morfofossintática – constitui, na verdade, um ponto bastante delicado para modelos teóricos que não tratam **especificamente** de *discurso*, *contexto* e *texto*. Este é o caso da Gramática Discursivo-Funcional, pois, embora não tenha a pretensão de oferecer uma descrição completa do contexto discursivo como um todo e nem seja de modo algum um modelo de análise do discurso, esse modelo procura entender a estrutura dos enunciados em seu contexto discursivo, uma vez que assume que a intenção do falante não surge em um *vacuum*, mas sim em um multifacetado contexto comunicativo. Considerar muito seriamente o fato de que os enunciados são produzidos e entendidos no contexto é uma importante característica da GDF.

De acordo com os princípios estabelecidos por Dik (1997, p. 6), em sua Gramática Funcional (GF), a GDF, que dela deriva e a expande, representa uma abordagem que leva em conta a natureza situada da comunicação lingüística e, por isso, apresenta uma explicação da inter-relação entre linguagem e contexto.

Com base em Connolly (2007), Cornish (2008) e Hengeveld e Mackenzie (2008), esta apresentação tem por objetivo, por um lado, mostrar como alguns fenômenos do contexto são tratados na GDF, e, por outro, chamar a atenção para outros que ainda não receberam uma explicação satisfatória para a codificação gramatical. Para isso, se detém primeiramente em dois aspectos: a anáfora discursiva e a ordem de constituintes. A anáfora, como afirma Cornish (2008:108), fornece particularmente um ótimo diagnóstico do contexto, uma vez que envolve a dimensão (co-)textual e a discursiva, relacionada ao mundo de referentes, propriedades e estados-de-coisas disponíveis aos participantes em qualquer ponto não inicial de um evento comunicativo. Sem contexto, – situacional, textual ou discursivo –, seria impossível a referência anafórica (assim como a dêitica). A ordem dos constituintes na sentença é também altamente dependente do contexto, uma vez que está relacionada às intenções do falante em salientar determinados constituintes (pragmática), alterando a ordem desses constituintes no co-texto, e assim fornecendo pistas ao destinatário para interpretar adequadamente sua mensagem.

Para esta exposição, primeiramente apresentarei a natureza da estrutura do contexto, ou seja, uma distinção entre *texto*, *contexto* e *discurso*, importante para explicar o uso de elementos anafóricos. Em seguida tratarei da questão do contexto na GDF, e, por fim, tentarei mostrar, com exemplos, como as diferentes facetas do contexto afetam tanto a escolha de uma forma particular feita pelo falante quanto a interpretação que o destinatário faz dela.

Layout geral da GDF

1 Texto, contexto e discurso

A GDF não se propõe a ser uma ‘gramática do discurso’, mas sim um modelo de estrutura de língua que explica o fato de ser ela um instrumento usado pelo **falante** para engajar-se em uma interação verbal com o outro. Assim a concepção de contexto que emerge da GDF parte do pressuposto de que os vários aspectos dele servem sistematicamente para motivar determinadas formas de enunciados (toma, portanto, o ponto de vista do falante).

Encontra-se um tratamento mais detalhado do Componente Contextual no arcabouço da GDF no trabalho de Connolly (2007) e Cornish (2008). Para Connolly,

contexto consiste em qualquer parte circundante a um discurso e é relevante para sua produção e interpretação. Para ele é essencial restringir contexto ao que é relevante, pois do contrário seria impossível tratá-lo dentro de um modelo. Obviamente o que é relevante depende do julgamento do analista. Isto implica que contexto não é um fenômeno objetivo, mas sim um constructo analítico.

Cornish (2008) observa que, se é um constructo analítico, toma a perspectiva do **destinatário**, o que, para ele, é uma posição mais apropriada, uma vez que a produção da fala em circunstâncias normais de uso do sistema lingüístico é de fato orientada para o recipiente/destinatário.

O contexto, conforme concebido por Connolly, é dinâmico e está em constante mudança (cf. p. 105), já que, na medida em que o discurso progride, o contexto também se modifica (cf. p. 13). Para ele, o contexto deve-se restringir ao que é relevante para propósitos particulares de interação comunicativa.

Na visão de Connolly (2007) há quatro dicotomias básicas para estruturar a noção de ‘contexto’:

- a) contexto discursivo x contexto situacional;
- b) contexto físico x contexto sociocultural;
- c) contexto estrito x contexto amplo;
- d) contexto mental x contexto extramental. (Connolly 2007: 14)

A dicotomia fundamental é a de **contexto discursivo e situacional**.

Contexto situacional constitui a parte de contexto que está fora do discurso corrente. Em sentido amplo, corresponde ao universo físico e social fora do contexto imediato; em uma concepção mais restrita, limita-se ao que Hymes define como “cenário” (*setting*), i.e., ao estado-de-coisas puramente físico, correspondente a um determinado contexto de elocução. O contexto situacional pode ser subdividido em **contexto físico**, ou seja, o universo material, que inclui fatores como tempo e espaço, e **contexto sociocultural**, que abrange fenômenos não-materiais como organização social e normas de pensamentos e comportamentos. O conceito mais restrito de contexto sociocultural equivale à noção de ‘cena’ (*scene*) de Hymes (1972:60), definida como “a ocasião de uma dada instância de comunicação verbal”. Nesse conceito incluem-se os participantes do discurso, seus atributos psicossociais e seus relacionamentos, a natureza do evento de fala (claramente a noção de ‘gênero’ faz parte deste aspecto do contexto) e o propósito bem como o desfecho da interação. A concepção mais ampla de contexto sociocultural, por outro lado, relaciona-se à organização social mais global e às

normas de pensamentos e comportamentos¹. Cornish adverte, entretanto, que todo ‘contexto’ relevante é mentalmente representado, uma vez que o que é crucial na comunicação é a percepção dos usuários e a concepção do mundo externo, e não os ‘fatos’ objetivos do universo extramental.

Já **contexto discursivo**, para Connolly (2007), é o discurso multimodal circundante, incluindo tanto aspectos linguísticos como não-verbais. Em termos mais restritos, pode ser equivalente a ‘co-texto’ (o contexto textual circundante ao fragmento a ser analisado ou entendido), e em termos mais amplos, a ‘intertexto’ (referências ou alusões a outros textos).

Cornish (2008, p. 105), entretanto, considera que aspectos linguísticos e não-verbais são manifestações de ‘texto’ e não de ‘discurso’, pois constituem elementos formais que podem ser percebidos pelo destinatário, e assim agem como *inputs* para a construção do discurso. Para Cornish (2008), a definição de contexto discursivo de Connolly não abriga aspectos cruciais do ‘discurso’ como o avanço e a interpretação situada, provisória e ‘revisável’ do evento comunicativo.

Assim, Cornish (2008, p. 98) propõe distinguir *texto*, *contexto* e *discurso*, uma vez que a distinção entre *texto* e *discurso* facilita a tarefa de descrição e explicação satisfatória da referência anafórico-discursiva em textos reais.

Para Cornish, ‘contexto’ pode ser ‘discursivo’, ‘textual’ e ‘situacional’, mas não são do mesmo nível. (v. Figura 1, p. 107).

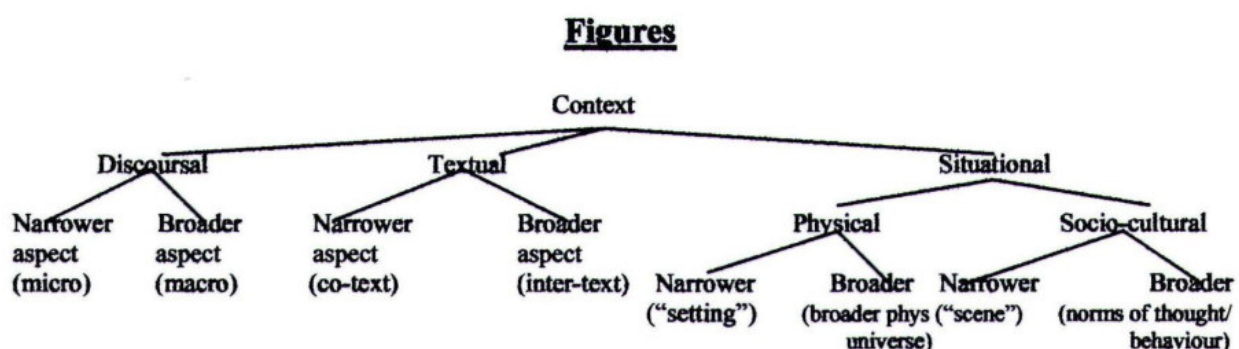


Figure 1: Revised schematic representation of Connolly’s (2007:14) conception of “context” as presented in items (1a-c) only

¹ Connolly (2007) não faz qualquer comentário extra à sua quarta dicotomia: contexto mental x extramental.

O mais fundamental é o ‘situacional’, uma vez que sem ele, nem ‘texto’ nem ‘discurso’ ocorreriam. Todo evento comunicativo é ancorado em algum contexto de enunciado, que ele pressupõe. Texto é o produto disso. Uma vez que o ‘texto’ é produzido por um falante (com possíveis *inputs* do destinatário, via objeções, correções, sinais de aprovação etc.), então, do ponto de vista do destinatário pelo menos, a criação do discurso está sujeita à evocação de um contexto relevante. O texto e o discurso produzidos e criados desse modo formarão, por sua vez, o contexto para o próximo segmento de texto. (Ver figura 2, p.108).

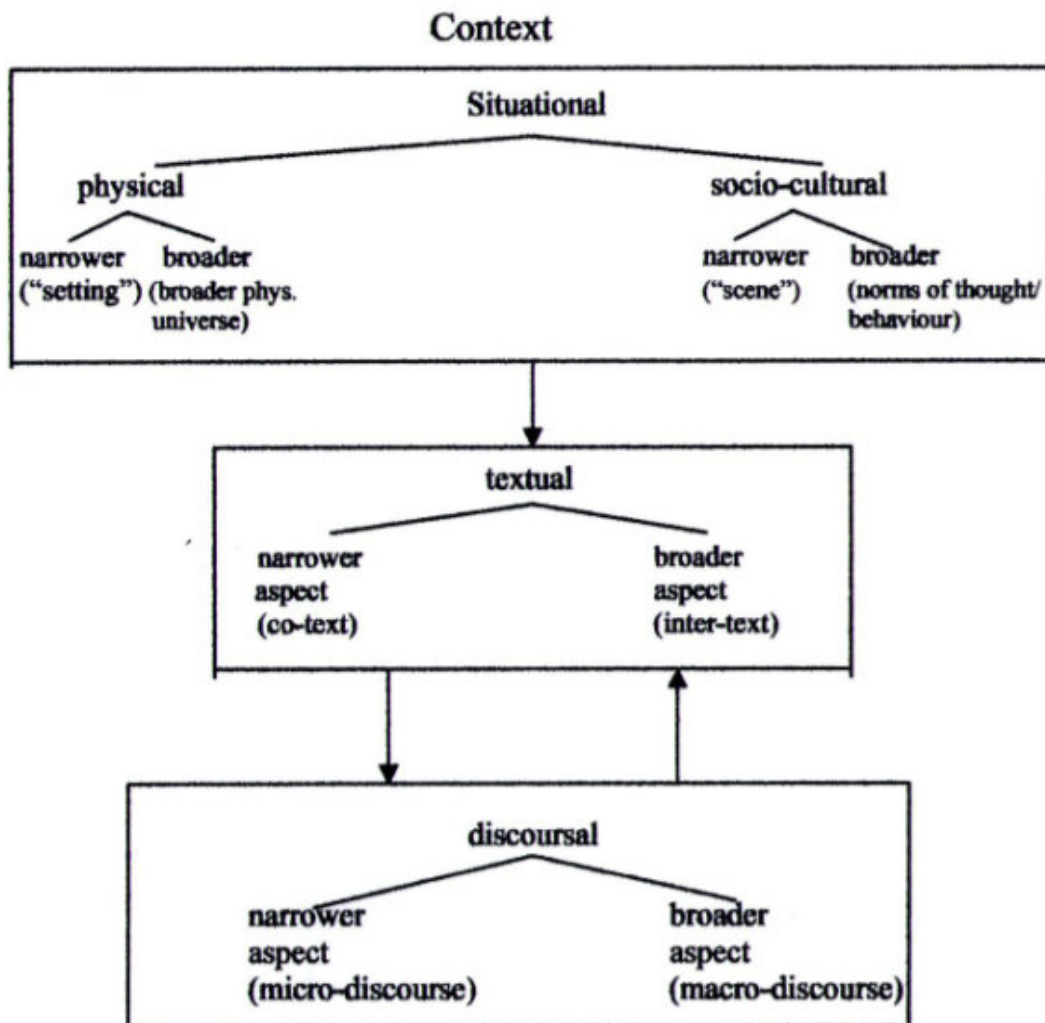


Figure 2: Relationships holding amongst the three major strands of ‘context’: situational, textual and discoursal

A Figura 2, obviamente, é uma representação preliminar de parte de uma rede de relações muito mais complexa, e só pretende capturar as inter-relações entre texto, discurso e situação de elocução como parâmetros contextuais.

Para Cornish (2008), **texto** constitui uma sequência conectada de signos verbais e sinais não-verbais em termos dos quais o discurso é co-construído pelos participantes no ato de comunicação; ou melhor, é uma sequência de pistas ou instruções para evocar um contexto relevante e criar discursos. Ele é sempre incompleto e indeterminado em relação ao discurso que pode ser dele derivado com a ajuda de um contexto (incluindo o conhecimento de mundo, o gênero de texto e as convenções sociais e comunicativas que regulam o evento linguístico). O texto, em circunstâncias normais de comunicação, é essencialmente linear, devido às restrições impostas pela produção da fala em tempo real (p. 99-100).

Já **contexto** é o domínio de referência, que envolve o co-texto, o gênero do evento de fala, o discurso já previamente construído, a situação específica de enunciação de um dado texto e o ambiente sociocultural pressuposto, que inclui o conhecimento pessoal mútuo bem como conhecimento enciclopédico e cultural. É por evocar um contexto apropriado que o destinatário (ou leitor) pode criar discursos com base em sequências conectadas de pistas textuais que é o texto.

Discurso, por sua vez, constitui o produto mentalmente representado e hierarquicamente estruturado de sequências de enunciados e de atos proposicionais e ilocucionários, trazidos com alguma intenção comunicativa e integrado dentro de um dado contexto. Discurso é a interpretação situada e provisória das intenções comunicativas do falante. Do ponto de vista do falante, o discurso é criado tanto em termos de suas intenções comunicativas quanto em função do *feedback* do texto produzido para compreender essas intenções dadas pelas reações do destinatário. Já do ponto de vista do destinatário, o discurso é construído por meio dos *inputs* provenientes do texto e do contexto, mas as textualizações do destinatário em reação às do falante naturalmente farão emergir um novo discurso via negociação com o falante. Assim o discurso claramente depende tanto do *texto* quanto do *contexto*.

Texto, contexto e discurso, segundo Cornish (2008: 100), são interdependentes, interativos e interdefinidores. Assim, tanto o (co-)texto quanto o discurso já construído devem ser representados no Componente Contextual na representação de um evento comunicativo da GDF.

Os fatores de contextualização, segundo Cornish (2008; 101), envolvem o **gênero** (e subgênero) do texto, que tem a ver com o conjunto de expectativas do usuário particular baseado em sua familiaridade com o tipo de evento de língua envolvido; a **prosódia**, cuja influência opera tanto retrospectivamente nos segmentos imediatamente precedentes quanto prospectivamente nos seguintes (p.101); e o **contexto físico** (Okada, 2007: 186), que compreende o cenário real ou ambiente em que a interação ocorre; a natureza do contexto da enunciação.

Na criação de um discurso, o contexto evocado serve para selecionar e restringir o sentido relevante dos lexemas e torná-lo compatível com o discurso já construído. Serve para desambiguar interpretações potencialmente múltiplas de determinados segmentos textuais (p.101). (Exemplo: um substantivo com diferentes significados que se esclarece pelo contexto).

O contexto pode ser usado para enriquecer alusões ao conhecimento do mundo real feitas no texto e para ajudar o **destinatário** a determinar a força ilocucionária de cada nova oração (p.101). Também torna possível identificar (dar forma a) referências elípticas e indeterminadas no co-texto. A dêxis e a anáfora discursiva requerem para operar certos aspectos do contexto (em termos de produção e interpretação), como, por exemplo, avisos tais como: *Cuidado. Chão molhado*.

Como se pode observar, o ponto crucial de ambas as visões encontra-se na perspectiva assumida, ou seja, Connolly (e a GDF) assume o ponto de vista da forma escolhida, e, portanto, a perspectiva do falante, enquanto Cornish prefere adotar a perspectiva do destinatário. Essa é, a meu ver, uma questão divergente e ao mesmo tempo crucial, não só entre esses autores, mas também entre os vários modelos funcionalistas.

2 O tratamento do contexto na GDF

A GDF (p. 11-2) procura entender a estrutura dos enunciados em seu contexto discursivo, embora não seja de modo algum um modelo de análise do discurso e nem tenha a pretensão de oferecer uma descrição completa do contexto discursivo como um todo. Como já observado, a GDF, adota uma perspectiva orientada para a produção do falante (ou escritor) e não uma perspectiva orientada para a interpretação do destinatário (ou leitor).

Esse modelo assume que a intenção do falante não surge em um *vacuum*, mas sim em um multifacetado contexto comunicativo. Uma dessas facetas constitui o Componente Contextual (p.9). Esse componente contém dois tipos de informação:

- (1) a informação imediata (de curto prazo) recebida do Componente Gramatical relativa a um enunciado particular que é relevante para a forma que os enunciados subsequentes assumem; (Texto, para Cornish, 2008)
- (2) informações de longo prazo sobre a interação corrente que é relevante para as distinções que são requeridas na língua em uso e que influenciam a formulação e a codificação nesta língua. (Isso é simbolizado pelas flechas do Componente Contextual para o Gramatical na Figura 1 da p.6.). (Discurso, para Cornish, 2008)

Em termos gerais, esses dois tipos de informação podem ser equacionados com as dimensões ‘texto’ e ‘discurso’ respectivamente, como concebido por Cornish (2008). Eles também correspondem em sentido amplo à distinção “forma” e “conteúdo” proposta por Hengeveld (2005) como parte do Componente Contextual do modelo. A GDF admite que fatores relativos a questões de gênero, registro, estilo etc. são aspectos do contexto de interação que podem ter impactos sobre as escolhas linguísticas do falante. O que está por trás desta visão é que incluir os vários aspectos do contexto em um modelo de estrutura de língua retira do modelo seu poder preditivo. Assim, somente quando o contexto tem um impacto sistemático sobre as escolhas gramaticais disponíveis para o falante na formulação é que esses aspectos merecem explicação.

Como mostra a Figura 3 (1), o *input* do Componente Contextual não só vem do resultado da formulação como também do resultado da codificação, ou seja, dos níveis Morfossintático e Fonológico. É por isso que a referência anafórica é possível não só a partir de constructos pragmáticos e semânticos, mas também de seções de estruturas oracionais morfossintáticas e de estruturas de enunciados fonológicos.

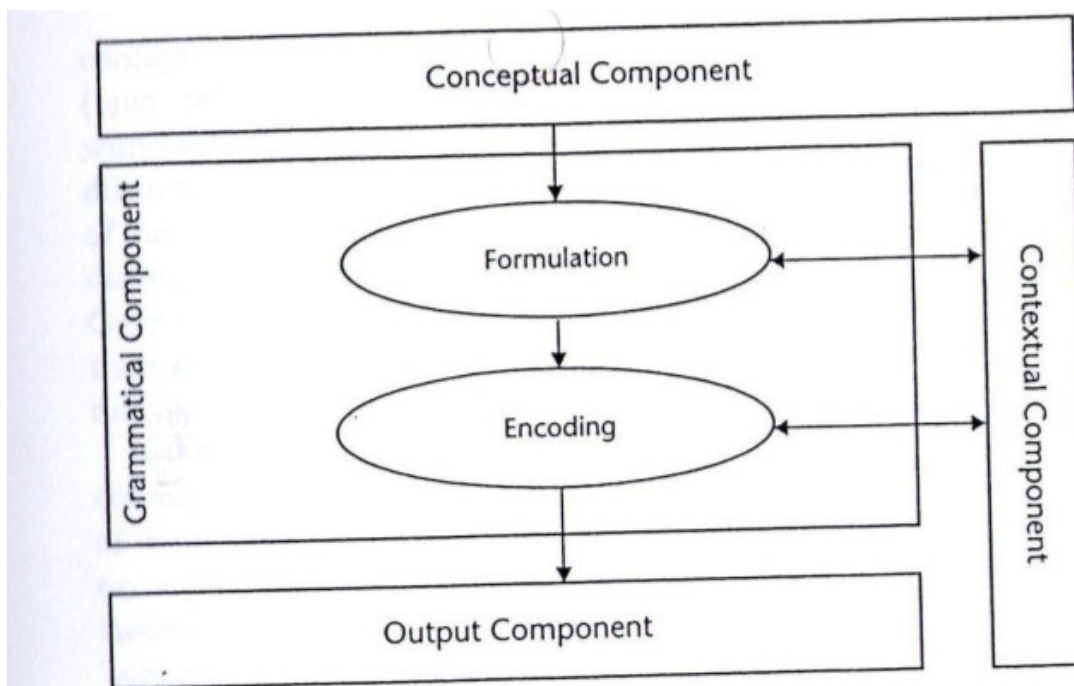


FIGURE 1. FDG as part of a wider theory of verbal interaction

Em português, informação vinda do contexto situacional, tal como a diferença de gênero (sexo) e a de relação social, é relevante para a codificação. Em (01), a escolha da forma ‘senhora’ em vez de ‘você’ reflete a formalidade da relação entre os interlocutores; já a escolha de *pálida* (e não *pálido*) e de *senhora* (e não de *senhor*) sinaliza o gênero (sexo) do Destinatário. Tanto a relação social quanto o gênero são especificações do Componente Contextual.

(01) Como a *senhora* está *pálida*!

A **Referência anafórica**, no entanto, é o caso mais claro do tipo de fenômeno diretamente relacionado ao Componente Contextual, que a GDF adota como aspecto relevante.

A **Anáfora discursiva** fornece particularmente um bom diagnóstico do contexto, por envolver claramente uma dimensão (co)textual (informação de curto prazo), mas também (e necessariamente) uma dimensão discursiva (informação de longo prazo), relacionada ao mundo dos referentes, propriedades e estados-de-coisas disponíveis aos interlocutores em qualquer ponto não-inicial de um evento comunicativo.

Cadeias anafóricas relacionam-se a **informações de curto prazo**, que devem ser continuamente atualizadas, e dependem de os antecedentes estarem disponíveis no Componente Contextual. Conforme o discurso progride, alguns antecedentes podem deixar de estar disponíveis enquanto outros surgem como antecedentes potenciais.

A Referência anafórica fornece comprovação formal explícita das várias diferentes camadas da estrutura funcional reconhecidas na representação da G(D)F. Ela é possível para qualquer um dos quatro níveis da gramática: os níveis de formulação (Interpessoal e Representacional, de análise pragmática e semântica respectivamente) e os de codificação (Morfofossintática e Fonológica). Ocorrências de vários tipos de anáfora podem ser usadas para retomar cada um desses tipos de entidade dentro do texto (p. 108).

O pronome **anafórico** retoma um antecedente para relacionar constituintes entre Atos Discursivos, diferentemente dos **logofóricos** que retomam diferentes constituintes de um único Conteúdo Comunicado. Pronomes **catafóricos**, por sua vez, diferem de pronomes anafóricos e logofóricos, porque a correferência funciona para a frente dentro de seu domínio de operação, que é geralmente o Ato Discursivo, como em (02a), em que a relação catafórica é obtida entre dois estados-de-coisas dentro de um único Ato Discursivo. A **catáfora** não é permitida, em português, quando há equipolência entre duas predicções, conforme (02b), ou quando ela está na predicção principal, anteposta à subordinada, como em (02c). (p.120)

- (02)a Depois de \emptyset_i tomar banho, Pedro_i foi ao cinema./ Depois que ele_i tomou banho, Pedro_i foi ao cinema.
b *Ele_i tomou banho e Pedro_i foi ao cinema.
c *Ele_i tomou banho antes de Pedro_i ir ao cinema.

(A GDF apresenta toda uma formalização para representar esses fenômenos, mas prefiro aqui não apresentá-las, primeiro, porque exigiria explicações que excedem o tempo de que disponho neste momento, e, segundo, porque poderia tornar essa apresentação um tanto enfadonha.)

No Nível Interpessoal, um anafórico pode retomar um Ato Discursivo como em (03), e Subatos Atributivos como em (04). Observe que *assim* e *o* referem-se respectivamente ao Ato Discursivo *sim senhor, padrinho* e ao predicado *um escolhido*.

- (03) Não custa muito dizer “sim senhor, padrinho”. No meu tempo de rapaz era *assim* que se dizia.
(NEVES, 2000, p. 242)

(04) Sim, um escolhido. E por que *o* era, por que sentia ser um condenado, por mais que tentasse, não sabia explicar. (NEVES, 2000, p. 494)

O mais comum, no entanto, é a referência anafórica de Subatos Referenciais, em que (p. 119) o pronome de terceira pessoa é caracterizado como identificável para o Destinatário (+id R₁: [-S, -A] (R₁)) no Nível Interpessoal, e co-indexado no NR, conforme exemplifica (05):

(05) Eu encontrei o noivo_i de Leila ontem. *Ele*_i parece muito gentil.

O que aciona a forma pronominal apropriada no Nível Morfossintático é a presença de um Subato Referencial, que é co-indexado no Nível Representacional para uma prévia ocorrência de descrição de entidade. Em termos de processamento, a ocorrência de *ele* induz o destinatário a procurar um referente plausível em informações de curto prazo do Componente Contextual com o qual a co-indexação pode ser estabelecida. No entanto, nem sempre há um antecedente textual para cada anafórico. Nesses casos, o destinatário derivará um correferente para o pronome a partir da informação de longo prazo presente no Componente Contextual, como se observa em (06), em que o destinatário inferirá um referente plausível concluindo que um dos novos vizinhos é uma mulher. (H&M, p.119)

(06) Eu encontrei nossos novos vizinhos ontem. Ela é uma executiva.

A Referência anafórica (p. 145) requer a existência de núcleos (ausentes ou vazios) de antecedentes de todos os tipos de camadas do **Nível Representacional**. Dependendo do tipo de categoria semântica, será a forma acionada para representá-la no Nível Morfossintático (p. 166). Algumas línguas, como o português e o espanhol, dispõem de formas especiais para referência anafórica de um antecedente que não designa um objeto concreto. Antecedentes do tipo de propriedade (f), estados-de-coisas(e), e conteúdos proposicionais (p) acionam o uso de um pronome neutro especial, insensível à distinção masculino/feminino (os demonstrativos *isto*, *isso* e *o*).

Um **Conteúdo Proposicional** pode ser referido por um pronome neutro, como em (07)a e b, ou por um anafórico sem expressão morfossintática, ou como (07)c:

(07)a Tal fato se deve às condições peculiares de sensibilidade individual e constituem-se num indício de que, por mais que *o* desejemos, a Medicina não é uma ciência exata. (NEVES, 2000, p. 495)

(07)b Tal fato se deve às condições peculiares de sensibilidade individual e constituem-se num indício de que, por mais que desejemos *isto*, a Medicina não é uma ciência exata.

(07)c Tal fato se deve às condições peculiares de sensibilidade individual e constituem-se num indício de que, por mais que desejemos \emptyset , a Medicina não é uma ciência exata.

O verbo *desejar* tem um argumento que designa um Conteúdo Proposicional *a Medicina seja uma ciência exata*, que é referido anaforicamente na segunda oração por meio dos demonstrativos *o*, *isto* e por anáfora zero (\emptyset).

Unidades que designam **estados-de-coisas** (p. 166) podem também ser referenciadas por pronome neutro, como se observa em (08):

(08)a O leitor deve ter observado que, sempre que me referi aos números “imaginários”, coloquei entre aspas o adjetivo. Faço *-o* porque julgo [...] infeliz a palavra, [...]. (NEVES, 2000, p. 495)

(08)b O leitor deve ter observado que, sempre que me referi aos números “imaginários”, coloquei entre aspas o adjetivo. Faço *isso* porque julgo [...] infeliz a palavra, [...].

Os anafóricos *o* e *isso* referem-se ao estado-de-coisas encaixado *colocar o adjetivo entre aspas*, o que significa que eles têm a representação subjacente, em que a co-indexação aciona a expressão anafórica, e a natureza da variável determina a seleção do pronome apropriado, neste caso os demonstrativos *o* e *isso*. Convém observar que a construção com zero anafórico (\emptyset) parece não ser adequada.

(08)c ?O leitor deve ter observado que, sempre que me referi aos números “imaginários”, coloquei entre aspas o adjetivo. Faço \emptyset porque julgo [...] infeliz a palavra, [...].

Conforme anteriormente observado, propriedades também podem ser referidas anaforicamente, como em (09). A unidade sem núcleo no Nível Representacional corresponde ao Subato Atributivo no Nível Interpessoal. Nesse caso, a referência anafórica só pode ser efetuada por meio do pronome neutro *o* e do zero anafórico (que equivalem a *sobrinho torto*), ficando estranho o uso de demonstrativo *isso*, *isto*.

(09)a Que lhe responda seu sobrinho torto, se é que *o* é realmente. (NEVES, 2000, p. 494)

b Que lhe responda seu sobrinho torto, se é que \emptyset é realmente.

c ?Que lhe responda seu sobrinho torto, se é que *isso* é realmente.

Pronomes e nomes próprios são introduzidos no Nível Interpessoal, como Subatos de Referência. A unidade semântica correspondente a este Subato não contém informação lexical e, portanto, é desprovida de núcleo. No entanto, a unidade não pode ser simplesmente omitida uma vez que ela participa da valência em seu ambiente semântico. A unidade sem núcleo no Nível Representacional corresponde ao Subato

Referencial no Nível Interpessoal. Para esse tipo de entidade semântica, o português dispõe de pronomes pessoais, masculino e feminino, usados especificamente para referência anafórica de objetos concretos (ou seja, **Indivíduos** p. 237) designados por um nome masculino ou feminino. (p. 166). Anáforas, catáforas e expressões dêiticas, se explícitas ou implícitas (i.e. *zero-realized*), são tratadas por meio de co-indexação no Nível Representacional, e assumem a forma apropriada no Nível Morfossintático, que leva em conta informações do Componente Contextual. Em (10), o pronome pessoal toma a forma feminina (*ela*), pois retoma o SN *menina*, explícito no (co-)texto discursivo. Já em (11), a forma feminina é usada devido a informações do contexto situacional (dêixis discursiva).

(10) *a minha menina* tem três anos agora *ela* foi a escola com um ano e quatro meses. (DID-SA-231: 75-77)

(11) *Ela* está pálida.

Outras categorias do Nível Representacional são representadas no Nível Morfossintático por expressões apropriadas.

Assim, designações de **Locação** (p. 249) são identificáveis pelo fato de que a referência anafórica, no contexto de função semântica Locação, envolve os advérbios *lá* ou *aquí*, conforme mostra (12). O uso do pronome pessoal, próprio para referir indivíduo, é inadequado para referir-se a Locação.

(12) Desde que eu vi o filme sobre Lisboa, eu quis morar *lá***nela*.

p. 265: Designações de **Modo** são identificáveis pelo fato de que a referência anafórica, no contexto de função semântica Modo, envolve o advérbio *assim*, conforme mostra (13), em que *assim* se refere ao advérbio *impensadamente*.

(13) João comprou impensadamente; o carro. Não gosto quando ele aje *assim*.

Outro exemplo da influência de informações pertencentes ao Componente Contextual que determinam a codificação no Nível Morfossintático está na ordenação de constituintes na sentença. Essa dependência do contexto pode implicar informações de longo prazo, como é o caso da ordenação de interrogativas-Q.²

² Para maiores detalhes confira Pezatti e Fontes, 2010.

Iloções Interrogativas indicam que o Falante solicita uma resposta do Destinatário para preencher uma lacuna de informação existente em sua (de F) informação pragmática (cf. Dik, 1997a). Essa resposta pode se referir a todo o Conteúdo Comunicado (Interrogativa Polar) ou a uma parte (Subato) específica do Conteúdo Comunicado (Interrogativa de Conteúdo).

A Interrogativa de Conteúdo, conhecida como Inter-Q, está relacionada à **identificabilidade** do referente, conforme veiculada pelo Falante (p.122), em outras palavras, relaciona-se ao **contexto situacional**, uma vez que implica a situação específica de enunciação e o ambiente sociocultural pressuposto, que inclui o conhecimento pessoal mútuo bem como conhecimento enciclopédico e cultural. A noção de Identificabilidade envolve dois aspectos: o primeiro relaciona-se à concepção do Falante sobre a identificabilidade do referente pelo Destinatário, ou seja, o referente pode ser identificável ou não pelo Destinatário. O segundo, por sua vez, relaciona-se à indicação pelo Falante da identificabilidade do referente para si próprio, ou seja, o referente pode ser específico ou não para o Falante.

Em interrogativas-Q o item interrogado é sempre marcado como identificado pelo Destinatário (o Falante espera que o Destinatário saiba a resposta), mas não especificado para o Falante (por isso ele pergunta ao Destinatário). Expressa-se o elemento interrogado por meio de palavra-Q acompanhado de entonação apropriada, como exemplificam as ocorrências abaixo, extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha.³

- (14) *quem cozinha, você ou seu marido?* (Bras80:A Macarronada)
- (15) *quando isso vai se dar?* (Bras80:EconomiaSociedade)
- (16) *quantos anos tinha?* (Ang97: JovemGaspar)
- (17) *por que o samba não podia?* (Bras80:MundoDireito)
- (18) *onde é que aprendeu a coser?* (To-Pr96:Costureira)
- (19) *como vão fazer para recomeçar?* (CV95:IlhaFogo)
- (20) *para quê queres aquilo?* (GB95:JuventudeGuineense)

Os exemplos mostram que o elemento interrogado, independentemente da categoria semântica (x, l, t, m, q ou r) e do estatuto (núcleo, modificador ou operador), posiciona-se no início da oração. A ordenação de constituintes, na GDF, é uma questão de codificação, portanto pertence ao Nível Morfossintático. Elementos interrogados

³ Os materiais foram obtidos no endereço http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php

constituem naturalmente um Subato, Atributivo (T) ou Referencial (R), que é comunicativamente saliente e sinaliza a seleção estratégica do falante de informação nova; em outras palavras, veiculam a função pragmática Foco, o que lhe permite assumir a posição reservada para constituintes mais altos na hierarquia. Isso demonstra que o peso da função pragmática sobrepuja o das categorias do Nível Representacional.

Entretanto, ocorrências como (21),

- (21) a. vou ganhar **o quê?** vou perder! (Bras80: JogoBicho)
b. perde a virilidade **porquê?** acho que isso não faz r[...], sentido. (PT96:BomSensoRosto)

tradicionalmente denominadas interrogativa *in situ*, em que constituinte interrogado permanece na posição canônica de orações Declarativas, são também decorrentes de informações trazidas do Conteúdo Contextual; mais precisamente, esse tipo de estrutura está relacionado ao **gênero do discurso** em construção, e, como vimos, o gênero discursivo é um dos fatores de contextualização uma vez que tem a ver com o conjunto de expectativas do usuário particular baseado em sua familiaridade com o tipo de evento de língua envolvido. Requer, pois, informações de longo prazo.

Interrogativa *in situ* comumente constitui **perguntas retóricas**, existentes em discursos monológicos (como aulas, conferências, ou mesmo dentro de um turno de um único locutor). Nesse caso, não se trata de uma busca de informação nova para preencher uma lacuna existente na informação pragmática do Falante, mas sim uma estratégia discursiva do Falante com o objetivo de conseguir uma atenção especial do Destinatário para um determinado Subato; em outras palavras, o Subato é não-identificável para o Destinatário, mas específico para o Falante, diferentemente do que ocorre com Inter-Q. Trata-se, na verdade, da atribuição de Ênfase a um Subato. O uso do operador de Ênfase vai refletir, no Nível Morfossintático, na preservação da posição *in situ*.⁴

3 Anáfora discursiva: um diagnóstico do contexto (p. 108)

O tratamento do Componente Contextual na GDF, no entanto, é muito simplificado e pouco desenvolvido, como os próprios autores reconhecem (Cornish, 2008; 104). Connolly (2007, p. 12) considera que, para oferecer uma explicação

⁴ O operador de Ênfase é atribuído ao Subato para o qual o Falante deseja conseguir atenção especial.

explícita da inter-relação entre língua e contexto é necessário tratar o contexto como um nível de descrição, que precisa dar conta de outros tipos de anáfora discursiva, como os que seguem.

Conforme já apontado, pode-se realizar a referência indexada em termos de uma referência textual explícita (o ‘antecedente’) no co-texto circundante do referente pretendido, como na tradicional explicação desse fenômeno; mas pode-se também fazê-la diretamente para uma representação discursiva de uma entidade que pode ser o resultado de uma **inferência**. Nesse caso, não há expressão de co-ocorrência co-textual que a anáfora pode retomar. Em qualquer caso, mesmo onde tenha havido uma referência co-textual por meio de uma apropriada expressão antecedente, o anafórico, que toma esse referente em algum ponto, deve ser interpretado em termos de predicções subsequentes que terão sido aplicadas a ele. Confira (22), um caso de um tipo especial de gênero textual – receita culinária.

- (22) *Arroz com champagne e amêndoas*
Coloque **1 xíc. (chá) de amêndoas** com pele, grosseiramente picadas em uma frigideira seca e leve ao fogo para que dourem ligeiramente (1). Retire \emptyset do fogo e reserve \emptyset (2). Em uma panela média, aqueça a manteiga e nela refogue a cebola (3). Quando a cebola começar a dourar, junte o arroz e deixe fritar até ficar brilhante e soltinho (4). Adicione champanhe, água e sal (5). Quando a água estiver quase secando, junte **as amêndoas** e deixe no fogo até que o arroz esteja cozido e soltinho (6). Tampe a panela e deixe repousar por 5 minutos (7). Solte o arroz com um garfo e sirva a seguir (8).

O gênero diretivo – uma receita – requer que cada operação culinária expressa por uma dada oração se aplique ao *output* da operação imediatamente prévia. Claramente o contexto discursivo é incrementado para cada oração que é encontrada e processada. Como resultado, a expressão anafórica \emptyset em (2) e o SN definido *as amêndoas* em (6), refere-se anaforicamente não ao referente de sua expressão antecedente *1 xícara de amêndoas* em (1), mas ao conjunto particular de amêndoas que esse SN terá evocado nas orações subsequentes.

É possível exemplos em que **não há nenhum antecedente textual canônico**, mas o SN definido anafórico se refere sem problemas ao termo de uma apropriada inferência, conforme se pode observar em (23). É claro que essa inferência ocorre necessariamente em uma porção do texto relativamente distante, que pode ser caracterizado como *características*. É isso que motiva o uso do SN lexical definido com o lexema *características* como seu núcleo, ao recuperar esta entidade facilmente inferida.

- (23) Mesmo com a redução de Imposto sobre Produtos Industrializados para carros populares e abaixo de mil cilindradas, a Autolatina não fará nenhum projeto neste sentido. É o que afirmou Ex-Presidente da Empresa, observando que até o antigo “besouro” tinha motor mais potente (...) Sauer criticou os carros econômicos fabricados pela Fiat e Gurgel, que se enquadram **nestas características** afirmando que são o maior problemas para os revendedores Volkswagen quando são trocados pó um Gol. (NEVES, 2000, p. 503)

Em outros casos, traços do **co-texto** ajudam a determinar graus relativos de topicalidade (de saliência psicológica) entre referentes nominais evocados e assim indiretamente especificar a referência anafórica preferida de indexados, conforme se verifica em (24).

- (24) O presidente Bush nomeou Henry Paulson, o chefe executivo da Goldman Sachs, como secretário da US em lugar de John Snow. O banqueiro investidor de sessenta anos é um especialista em China e um ambientalista.⁵ (CORNISH, 2008, p. 111)

O SN definido expandido *o banqueiro investidor de sessenta anos* claramente se refere ao referente anteriormente introduzido pelo nome próprio *Henry Paulson* na sentença inicial. Em princípio, ele poderia se referir a *John Snow*, também introduzido nesta sentença. No entanto, o primeiro indivíduo tem claramente o estatuto de tópico e o SN que o representa está na função de objeto direto, enquanto o segundo desempenha uma função periférica como complemento de uma preposição. Além disso, o primeiro referente é expandido por uma aposição *o chefe executivo da Goldman Sachs*. Essas são pistas co-textuais do estatuto discursivo de dois referentes tratados aqui, que mostram a utilidade de haver disponibilidade de um registro do co-texto recente dentro de um modelo de estrutura de língua sensível ao discurso, como o da GDF.

Considerações finais

Assumindo as palavras de Cornish (2008, p.112), fica claro que algumas explicações precisam ser dadas dentro do Componente Contextual da GDF. ‘Discurso’, construído não simplesmente como ‘co-texto’, mas como resultado de uma interpretação situada de um segmento do co-texto em termos do contexto evocado para ele, terá inevitavelmente de ser co-construído pelos participantes do discurso. Não distinguir ‘discurso’ de ‘(co-)texto’ é assumir que o entendimento de textos, orais ou escritos, é um problema restrito à decodificação de superfície textual para ter acesso às

⁵ Tradução livre efetuada pela autora.

intenções do falante (ou escritor). Mas textos dão somente um conjunto de pistas para o discurso (a interpretação situada do evento comunicativo), que tem de ser enriquecido ou expandido por meio da evocação de aspectos relevantes do contexto.

Nenhuma discussão sobre contexto seria completa sem a consideração de seu propósito – sua razão de ser. O mais importante é o terreno do discurso em co-construção (sendo co-construído), em termos de gênero (tipo de evento de fala) e de domínio tópico. Contexto relevante é o que capacita criar discursos: é por meio da evocação de contexto que o destinatário pode fazer inferências sobre os enunciados do falante. Esse é um traço muito importante do uso de língua, uma vez que permite ao falante ser tão econômico quanto possível ao criar textos. O falante pode deixar para seu destinatário a tarefa de preencher as muitas lacunas existentes para entender o texto de sua mensagem. É o contexto também que capacita a crucial integração de unidades discursivas (Atos ou Moves) em unidades de discurso mais altas.

Representações de co-texto imediatamente precedente e de discurso recente também devem fazer parte do Componente Contextual dentro do modelo da GDF: o co-texto imediatamente precedente é necessário para o falante escolher uma expressão apropriada ao contexto para retomar um dado referente acessível via discurso prévio e para dar as pistas ao destinatário para efetuar inferências sobre um referente implícito. A estrutura prosódica deve também ser representada, uma vez que tem um papel crucial na realização de expressões anafóricas dadas, bem como na sua interpretação potencial.

A representação do discurso prévio torna disponíveis referentes discursivos, cuja expressão anafórica particular pode retomar; mas também precisa ter algum tipo de cálculo discursivo que fará uma classificação/ranquiamento (*ranking*) desses referentes discursivos em termos de graus relativos de saliência do ponto de vista da produção do enunciado, uma vez que tanto a escolha como a interpretação de expressões anafóricas são sensíveis a esse fator. Além disso, o gênero textual a ser construído deve também ser especificado no Componente Contextual, por trazer implicações para a forma de expressões indexadas.

Como se vê, apesar de reservar um lugar específico para o contexto, o que a difere de outros modelos teóricos, a GDF precisa ainda desenvolver o Componente Contextual, reservando um lugar para representações do contexto situacional, que inclui principalmente informações de longo prazo.

Refêrencias Bibliográficas

CONNOLLY, John H. Context in Functional Discourse Grammar. *Alfa – Revista de Linguística*, São Paulo, 51 (2): 11-33, 2007.

CORNISH, Francis. Text and discourse: Discourse anaphora and the FDG Contextual Component. Paper presented at the 13th *International Conference on Functional Grammar* (ICFD13), held at the University of Westminster, Harrow, London, 2008.

HENGEVELD, K. & MACKENZIE, J. L. (2008), *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press.

NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PEZATTI, Erotilde Goreti, FONTES, Michel Gustavo. Interrogativas-Q nas variedades lusófonas. Texto apresentado no *International Conference of Functional Discourse Grammar* (ICFDG2010), Lisboa, Portugal.